

Fazenda poderá cassar os alvarás de escolas ilegais

Sem meios legais para interditar as cerca de duas mil escolas particulares de Primeiro Grau que funcionam clandestinamente no Rio, a Secretaria Municipal de Educação enviará esta semana o nome de alguns desses colégios para a Secretaria de Fazenda, na tentativa de cassar os alvarás de funcionamento. A maioria das escolas **fantasmas** funciona apenas com a autorização da Secretaria de Fazenda, a quem cabe verificar as condições do prédio e expedir o alvará. No entanto, as instituições só podem receber alunos com a aprovação da Secretaria de Educação. A partir de agosto, também será feita uma campanha de esclarecimento aos pais.

O Jardim Escola Casinha da Emília, em Bonsucesso, por exemplo, funciona há quatro anos sem nunca ter conseguido o parecer favorável da Secretaria de Educação. A Diretora, Sônia Cristina de Farias, disse que está esperando desde maio de 1989 o número do registro definitivo e, enquanto isto, está trabalhando "legalmente" com um registro provisório. No entanto, a Chefe do Departamento de Ensino Particular da Secretaria de Educação, Mercedes Couto, explicou que o pedido da escola foi negado pela Comissão de Verificação e que o registro provisório de que fala a Diretora é apenas o protocolo com o número do processo e não tem valor legal.

A supervisão das escolas particulares sempre foi um problema para a Secretaria de Educação. Em 1989, a fiscalização da Escola Meu Paraíso, em Botafogo, acabou envolvendo a Secretaria de Polícia Civil. Segundo Mercedes Couto, uma Supervisora

descobriu que a escola atendia irregularmente a crianças excepcionais e, dias depois da visita, começou a receber ameaças e teve seu carro perfurado a balas. Foi necessário pedir a colaboração do então Secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya.

Em Petrópolis, a Secretaria de Educação encontrou uma forma de alertar os pais de alunos: publicou nos jornais a relação das escolas autorizadas a funcionar, o que, aos poucos, foi levando ao fechamento de alguns colégios clandestinos. A idéia também foi utilizada pelos supervisores do Departamento de Ensino Particular, só que sem sucesso. Há um ano, a equipe de Mercedes esteve no Colégio Nossa Senhora da Vitória, na Pavuna, para alertar os pais sobre o perigo de manterem os filhos em escolas irregulares, cujos certificados e diplomas por elas emitidos não têm valor. Os pais acabaram se revoltando contra os funcionários da Secretaria, que foram acusados de criar burocracia para autorizar o funcionamento da escola da Pavuna.

A Secretaria de Educação também está fazendo um levantamento de todas as escolas que apresentaram ao Conselho Estadual de Educação (CEE) planilhas de custos para que fossem calculadas as mensalidades que poderiam estar cobrando em março. O objetivo é tentar descobrir se algum colégio clandestino submeteu a planilha ao CEE. O Centro Educacional da Rosinha, em Padre Miguel, por exemplo, não tem regularizado seu curso de 5ª a 8ª séries, mas, mesmo assim, os valores deste segmento foram calculados pelo CEE e publicados no Diário Oficial.